

DESENCONTROS NO ENCONTRO DE CULTURAS

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa
USP

Embora escritores sejam agentes de mediação *par excellence*, esta não ocorre sem percalços.

Vamos partir de uma experiência cognitiva pessoal para tocar num aspecto das relações entre literatura e história, vistas de uma perspectiva imagológica, que nos parece ainda insatisfatoriamente discutido. Ao chegar ao Brasil, onde passamos a residir e a viver na qualidade de estrangeira, precisamos e quisemos conhecer a cultura do país que nos acolhia. Lemos as principais e mais representativas obras da literatura brasileira e, entre outros, manuais de história do Brasil. A imagem do interior brasileiro, por exemplo, ficou em nós para sempre marcada pela leitura de *Vila dos Confins* de Mário Palmério, por ter sido a primeira do gênero a parar nas nossas mãos. Mas o início da história do Brasil, a colonização, a evangelização dos índios, mesmo a conquista da América do Sul, revelaram-se problemáticas áridas que, por mais que lêssemos os manuais de história, não encontravam abrigo em nosso entendimento, ou melhor, em nossa memória. E só viemos a entender de fato a conquista da América e a colonização do Brasil quando, mais tarde, lemos uma trilogia da literatura alemã intitulada *Amazonas* de autoria de Alfred Döblin, uma obra que, a nossos olhos de estrangeira tanto em relação ao Brasil quanto à Alemanha, nos impressionou muito por sua beleza plástica ao relatar os fatos históricos em pauta. Aprendemos e retivemos o processo histórico de que falamos, através do olhar de um autor alemão e, desta forma, permaneceu para nós a história dos primórdios da América e do Brasil, e assim a contamos a nossos eventuais ouvintes.

Mas num determinado momento de nossa vida, vimo-nos a braços com a elaboração de uma tese de doutorado, em cujo *corpus*, se encaixava essa mesma obra de Döblin que tivemos, então, de estudar a fundo. E, para nossa grande surpresa e decepção, percebemos que a história do Brasil contada por Döblin, e que tinha ficado gravada em nossa memória, era bem diferente daquela que os brasileiros aprendiam e que, para eles, constituía a verdade, ou seja, a sua macro-história. Sem querer, havíamos sido também agentes de um desencontro no encontro de culturas.

Se a macrohistória se preocupa com os grandes acontecimentos e com as grandes figuras, com aqueles cuja grandeza o grupo social legitimou e estabilizou através do discurso como verdadeiros, e se a microhistória ousa recriar aqueles acontecimentos e figuras a quem ninguém ou poucos prestaram atenção, ou seja, aquilo que passou despercebido e que, portanto, é apresentado pela via da exposição individual como algo verossímil, como algo que realmente poderia ter acontecido, não importa se aconteceu mesmo dessa forma, há um campo do discurso em que a macrohistória é, propositalmente ou não, falseada, um campo do discurso que se abriga dentro da literatura que é uma área cara à liberdade de expressão por excelência. Se não há e nem deve haver ética no fazer literário¹, já que este, na qualidade de expressão artística, é também expressão máxima da individualidade - a grande obra de arte é única -, o falseamento da macrohistória no âmbito literário passa a ser admissível e aceito até como estratégia para criar determinados efeitos, como por exemplo, reconfigurar uma personagem macrohistórica e atribuir a essa figura traços físicos e comportamentos que, no entanto, não são dela mas que ecoam comportamentos de outros e abram horizontes para novas leituras.

¹ - Para amparar esta nossa afirmação citamos A. Candido: "Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [... a literatura] age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela - com altos e baixos, luzes e sombras [...] trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver". Candido, Antonio - A literatura e a formação do homem. In: *Ciência e cultura* 24 (9): 805/806.

Muito bem, quando uma obra de literatura veicula casos envolvendo problemáticas como a acima exposta e é lida por um público universitário, não há problemas, já que se supõe, em princípio, que a análise da obra esclareça os meandros do pensamento e de sua expressão. Mas o que fazer, quando um caso desses chega, digamos, a um público de nível secundário, onde não se procede, via de regra, à análise da obra e a tendência é o registro do texto recebido, primeiro como fantasia, mas uma fantasia que, com o tempo, vai adquirindo foros de verdade, sobretudo, se o recorte histórico configurar a imagem de um outro país?² Dizemos que a literatura dessacraliza a história, mas com esta conclusão, o problema continua o mesmo, a suscitar discussão, a causar desencontros. A questão aqui apresentada não é nova. Jean Marie Carré, comparatista francês, já levantara em 1951, sobretudo em seu *Avant propos*³, o problema relativo às generalizações que se tendem a fazer a partir de imagens ou de miragens de um país estrangeiro, sem oferecer, porém, soluções, mas apenas apontando para o perigo que isso representa, ou seja, ele toca nas delicadas relações entre literatura, verdade e realidade. Guyard⁴, também comparatista e francês, reconhece o perigo embutido nas abstrações feitas a partir de determinadas imagens de países estrangeiros, e defende que o estudo dessas imagens, enquanto tarefa literária deve permanecer no plano do exame descritivo de sua gênese e repercussão. Todavia, se atualizarmos o campo de ação da análise literária para os dias de hoje, teremos de levar em consideração o fenômeno comunicativo, o contexto cultural hodierno, em que a análise literária tem à disposição um imenso instrumental criado pela lingüística e em que a

"A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções". Candido, A. - *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo, Duas cidades, 1995, p. 243.

² - Voltamos a amparar esta nossa afirmação, citando A. Candido: " [...] as criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos [...] e que atuam de maneira que não podemos avaliar". Candido, A. - A literatura e a formação do homem. In: *Ciência e cultura* 24 (9): 805.

³ - Carré, Jean Marie - *Avant propos*. In: Guyard, Marius François - *La littérature comparée*. Paris, 1951, p. 6-7.

⁴ - Guyard, Marius François - *Literatura comparada*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1956.

interdisciplinaridade é palavra-chave. Por isso, e porque também sabemos, que a realidade tem um núcleo que é anterior às nossas criações e delas independe - esse núcleo seria a inatingível verdade absoluta, a realidade em si, em torno da qual se agregam as nossas tentativas de expressá-la, ou seja, as nossas verdades relativas (a literatura é uma dessas expressões), talvez devêssemos continuar a discutir o assunto.

O texto que pretendemos desenvolver relativizará e ilustrará a questão proposta, baseado na análise da personagem Manuel da Nóbrega, uma figura da história brasileira, tal como configurada e apresentada no 2º romance intitulado *Der blaue Tiger* da trilogia mencionada. Trata-se de um exemplo entre muitos outros que poderão igualmente ser investigados, como por exemplo, a construção do espaço, do tempo, das outras personagens. Este romance já foi objeto de um ensaio, por nós desenvolvido a partir da perspectiva das vanguardas do início do século passado, como exemplo de configuração moderna da história, defendida pelo autor, ao tentar resgatar a épica por volta dos anos 30. Também já o lemos da perspectiva da construção da utopia. E, agora, confrontamos seu registro da história brasileira e a história do Brasil contada por brasileiros, aplicamos-lhe a lente imagológica, e perguntamos: como lidar com estas imagens no confronto de culturas, estimulado pelo processo de globalização em marcha?

O que a história oficial brasileira conhece de Manuel da Nóbrega (e só vou levantar aqui o que acha paralelo na personagem do romance alemão) provém, em grande parte, das informações contidas em uma gigantesca coleção de documentos denominada *Monumenta historica societatis Jesu* composta por de mais de 80 volumes, onde um conjunto intitulado *Monumenta brasilica* (volumes 79-81), editado pelo Padre Serafim Leite congrega as cartas redigidas pelos jesuítas que trabalharam na evangelização dos índios no Brasil, entre elas as de Manuel da Nóbrega. Uma

coletânea das cartas de Nóbrega também se encontra hoje à disposição do leitor com o título *Cartas jesuíticas I - Cartas do Brasil - Manoel da Nóbrega*, editada pela Edusp em conjunto com a Itatiaia. Há ainda uma biografia de Nóbrega escrita pelo padre Antonio Franco em que, no entanto, há lacunas e até inexatidões. Sabe-se pelos documentos guardados na Universidade de Coimbra, que nasceu este jesuíta em Portugal, filho de um desembargador e sobrinho de um chanceler-mor do rei D. João III, que aprendeu latim em Portugal, que foi estudar cânones em Salamanca e veio a obter o grau de bacharel em cânones na Universidade de Coimbra, junto ao Dr. Navarro, que o declarou o melhor de seus discípulos. Sabe-se que continuou os estudos e tornou-se padre. Embora tenha tentado um lugar nesta Universidade e, depois, no Mosteiro de Santa Cruz como professor, e apesar de sua reconhecida erudição, não o conseguiu porque era muito gago. Foi por essa razão que acabou entrando na Companhia de Jesus e veio para o Brasil em 1544, acompanhado por outros 6 companheiros (Leonardo Nunes, João de Aspicuelta Navarro, Antonio Pires e com os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome), na comitiva de Thomé de Sousa, primeiro governador do Brasil. Sabe-se que escrevia com eloquência e era ardoroso no trabalho de catequisar os índios através do batismo, considerando-os papel em branco. Com eles falava, porém, através de intérpretes. Viajou junto com o governador à costa sul. Foi até São Vicente e, estando aqui, determinou que os jesuítas da Bahia adentrassem o sertão por umas 40 léguas até chegarem à aldeia Maniçoba, onde ergueram uma igreja e onde residiram por alguns anos, tendo ficado aí conhecido como homem santo. Como ficasse por aqui algum tempo, mandou vir mais jesuítas da Bahia e, em julho de 1553, com o novo governador D. Duarte da Costa, vieram de Portugal (não da Bahia) mais 7 Irmãos, um dos quais era o padre Luiz da Grã, que haveria de ser o seu sucessor no Brasil, e José de Anchieta. Foi por esta época que Inácio de Loyola o fez Provincial do Brasil. Em janeiro de 1559, mandou construir 1 colégio nos campos de Piratininga a mais ou menos 12 léguas de São Vicente e, em 1556, voltou à Bahia. Foi

amigo do governador seguinte, Mem de Sá, que chegou em 1558, e teve muita influência, enfrentando a resistência dos portugueses, na evangelização dos índios, promulgando leis que os protegiam. Já por este tempo apresentava sintomas de tuberculose, deitando sangue pela boca. Os médicos mandaram-no, então, para o clima de São Vicente, mais propício. Com os favores de Mem de Sá, Nóbrega fez abrir novo caminho de São Vicente para Piratininga, o que facilitou as viagens e diminuiu o perigo dos Tamoios. Foi chamado ao Rio pelo governador em abril de 1564 para dar respaldo aos portugueses em luta com os franceses e os índios, momento em que Estácio de Sá foi ferido no rosto por uma flecha e viria a morrer disso. Manuel da Nóbrega passou ainda 3 anos no Rio, onde faleceu em 1570 no dia 18 de outubro - seu aniversário. Era um homem de compleição franzina, rosto pálido, mal vestido, pés descalços, olhos sumidos, mas alegre⁵. Foi exaltado pelo seu fervor religioso. A visão que tinha dos índios não diferia da de outros religiosos: os aborígenes eram o exemplo vivo do mal ou mesmo a encarnação do demônio, eram canibais, polígamos, pagãos. Seu ardor religioso, segundo Gambini⁶, não era senão o resultado psicológico da negação da própria sombra que só conseguia ver em projeção, um fervor religioso que o levou a implementar os princípios jesuíticos do catolicismo, ou seja, a transformar homens primitivos, homens no grau zero da escala evolutiva humana, comparados a papéis em branco - os índios -, em gente civilizada.

Grande parte das cartas escritas pelo jesuíta Manuel da Nóbrega a partir de 1549, ano de sua chegada ao Brasil, eram remetidas a Portugal, ao rei ou ao Superior da Ordem e, em seguida, copiadas e enviadas a Roma. Estas cartas eram classificadas em 2 tipos: de um lado, ficavam as chamadas "cartas de negócios" e, de outro, as "cartas de edificação". Eram estas últimas traduzidas para o latim ou para outras línguas e, em seguida, distribuídas às escolas jesuíticas na

⁵ - Nóbrega, Manuel - *Cartas do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1988, p. 39.

⁶ - Gambini, Roberto - *O espelho índio*. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 1988, p. 69-71.

Itália, na Alemanha, mesmo na África, Índia, China e Japão. Atingiam assim um grande público. Às vezes fazia-se um resumo dessas cartas que era, então, lido durante as refeições em diferentes redutos da Companhia de Jesus. Nas traduções, os tradutores suprimiam com frequência trechos considerados impróprios e adulteravam termos da língua geral do Brasil que era o tupi. Sabe-se que, depois da morte de Manuel da Nóbrega em 1570, suas cartas foram agrupadas numa brochura com o título *Informações sobre a terra do Brasil* que teve 6 edições em diferentes línguas⁷.

Pelos detalhes apresentados no romance alemão (escrito no exílio em Paris) é muitíssimo provável que Döblin tenha tido acesso a essas cartas; aliás no próprio romance há menção ao conhecimento do conteúdo das cartas escritas pelo dominicano Las Casas⁸, missionário na conquista da América pelos espanhóis e anterior a Manuel da Nóbrega.

Ora, o Emanuel da Nóbrega construído por Alfred Döblin é bem diferente. Já a alteração do nome traduzido (Manuel) para o original hebraico (Emanuel= Deus conosco) o diz, e sua interpretação poderia levar-nos à idéia de que, com isso, Döblin está atrás da história primeira, de uma história essencial. Emanuel era o nome dado por Isaías ao Messias prometido. Realmente, se olharmos o texto do ponto de vista macroscópico, a mensagem é grandiosa: o mundo capitalista (o dos colonizadores portugueses) em intersecção com o mundo socialista (o dos jesuítas) são apresentados em suas contradições; o mundo das missões surge também em oposição à Europa civilizada, e também em oposição à Alemanha de Hitler. Mas olhando microscopicamente, percebemos que isso custou a verdade brasileira da história do Brasil. No que tange à consubstanciação da personagem do líder religioso de que falamos, de todas as características aproveitadas por Döblin, talvez todas pudessem ser recriadas dentro do contexto da microhistória,

⁷ - Gambini, Roberto - *O espelho índio*. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 1988, p.69-71.

⁸ - Döblin, Alfred - *Amazonas*. Olten und Freiburg im Breisgau, Walter-Verlag, 1963, p.273.

mas a gagueira e a tuberculose, certamente, não poderiam ter sido substituídas, não sem conseqüências, pela fala de um líder, nem a tuberculose pela saúde de um homem vigoroso, mesmo que Döblin tenha afirmado no ensaio *Unser Dasein* que "a palavra-chave deste mundo é temporalidade. Eu procuro uma realidade, mas algo imutável eu não consigo achar, as coisas estão em movimento"⁹, e mesmo que tenha reconhecido em *Der historische Roman und wir* que "o romance estropeia a história, sim, falsifica-a, deturpa-a...."¹⁰. Tal falsificação induz-nos à leitura de que o Brasil talvez fosse outro, caso o trabalho dos jesuítas não tivesse sido abortado pelo iluminismo do Marquês de Pombal.

A figura tirada da macrohistória é desmontada pelo autor e remontada pela própria personagem Manuel da Nóbrega que assume voz própria, por um narrador que a conhece bem, mas que se esconde atrás dela, e que, por vezes, com ela se confunde num discurso indireto livre. Mas há também uma outra voz plural que ecoa por todo o romance - um "nós" que fala como se fosse "um" e a freqüente menção do narrador aos "padres", aos "irmãos", aos "frades", aos "missionários"¹¹, ou seja, a uma figura coletiva que vai tomando forma e crescendo, apoiada na figura de Manuel de Nóbrega e que com ele se confunde. Mais uma vez, ao preço do falseamento da macrohistória brasileira, ou seja, usando deliberadamente essa estratégia literária, o autor transforma o herói individual da tradição e coloca em seu lugar uma figura coletiva - o grupo jesuítico, coeso, igualitário, em que o chefe e o grupo são um só, forte, poderoso.

O narrador configura este chefe Emanuel da Nóbrega, que se projeta no grupo, como um homem de sotaina preta, musculoso, forte no arremesso da lança, de cabelo grisalho comprido, a barba longa e o rosto cheio e vermelho - um tipo sangüíneo. Não só a configuração física não

⁹ - Das Hauptwort in dieser Welt ist die Zeitlichkeit. Ich suche eine Realität, aber etwas Feststehendes kann ich nicht finden, die Dinge sind in Bewegung. In: Döblin, Alfred - *Ausgewählte Werke in Einzelbänden*. Olten und Freiburg im Breisgau, Walter, 1964, vol. 9, p. 210.

¹⁰ - ... der Roman verhunzt doch die Historie, er fälscht doch, unterschlägt... Id. *ibid.*, p. 300.

¹¹ - Op. cit., p. 283.

corresponde em nada à realidade dos fatos apresentados pela macrohistória. Antes de ingressar na Companhia de Jesus e de vir para as Índias Ocidentais, ao Nóbrega ficcional também é dada uma espessura, uma consubstanciação absolutamente falsa: Döblin inventa-lhe um passado que resumido informa o seguinte Nóbrega havia sido um capitão do exército espanhol e havia prestado serviço ao duque de Alba em sua guerra contra o Papa Paulo IV, tendo chegado a entrar na Itália. Ali, certo dia são-lhe trazidos 3 prisioneiros que ele reconhece como sendo o pai e os 2 irmãos de sua noiva Elvira que, entretanto, deixara a Espanha e fora visitá-los, estando, portanto, em casa na hora do saque de sua aldeia pelos homens de Nóbrega. É então que este descobre que sua noiva está na Itália e uma intensa felicidade toma conta dele ante a possibilidade de a rever. Libertados os parentes, chega à casa e, então, flagra um de seus homens violentando a moça. A revolta, a desilusão, a perda posterior da noiva, sentimentos de culpa que não deixam de acossá-lo, fazem-no abandonar a vida militar. Em Alcalá na Espanha, encontra Villanova, discípulo de Loyola, recebe informações sobre a existência da Companhia de Jesus e decide tornar-se jesuíta. É assim que encontra motivação para vir para o Brasil. Se nos detivéssemos mais na análise da conformação desta personagem, veríamos que há nela traços que foram buscados na figura histórica do próprio Loyola.

Além da compleição física e de sua história pregressa anterior à vida religiosa, a personagem Nóbrega é também insuflada de sentimentos e de emoções. E aqui penetra-se na microhistória e não há o que dizer, a não ser que o Nóbrega da macrohistória nunca se opôs tão radicalmente aos paulistas colonizadores em defesa dos índios. Percebe-se que Döblin constrói uma personagem forte, falseada em relação aos dados da história, porque esta personagem deve conter, aglutinar e exprimir a força que a própria Companhia de Jesus tinha, e esta era realmente grande: os jesuítas apenas se subordinavam aos reis de Espanha/Portugal e ao Papa e, ainda assim, tecendo-lhes severas críticas à atuação. Os jesuítas eram muito ciosos de sua liberdade de

ação e constituíam uma força paralela, não subordinada, à força política representada pelos governadores gerais.

O Emanuel da Nóbrega ficcional encarna essa força ao incompatibilizar-se com os governos locais e ao isolar-se no interior do país, para aí construir as missões - um estado dentro do estado, o que em absoluto não corresponde à história, pois Nóbrega nunca esteve no sul e tampouco conviveu com Montoya que lhe é posterior. A defesa dos índios no romance é intransigente com as práticas portuguesas da escravidão e da poligamia. Emanuel da Nóbrega surge no romance como um homem de liderança - é dele a autoria dos planos de proteção aos índios -, um homem às vezes excessivamente determinado e frio, cheio de fé, fechado aos sentidos, alheio às forças da natureza, mas ao mesmo tempo paternal, suave, cordial, alegre, brincalhão,, amado não só pelos discípulos, mas também pelos índios, um homem que nunca sucumbe à tentação do amor da índia Maldonata que o segue para onde quer vá.

Em seus diálogos com seu discípulo predileto, Mariana, é possível confirmar as informações que o narrador dá a seu respeito, porque Mariana é o seu pólo oposto: é o frade de sentidos sensibílíssimos, frágil, medroso, que deveria ter ficado no refúgio do mosteiro e não ser arremessado à vida selvagem.

No entanto, depois da morte deste discípulo amado que, por momentos, o desestabiliza emocionalmente, e na iminência de ser assaltado junto com todos os índios sob sua proteção pelos paulistas fortemente armados, Emanuel da Nóbrega tem visões em que o discípulo predileto toma a forma de seu alter-ego, um alter-ego que insufla a dúvida em sua fé inabalável em Deus - é o momento em que questiona o seu trabalho.

Emanuel da Nóbrega, como vemos, não é construído como um estereótipo, nem tampouco é parodiado. No final da vida é um homem que se atormenta com a possibilidade de ter feito com os índios a coisa errada; é um homem que a certa altura fica furioso com os argumentos

apresentados pelos índios contrários à sua proposta, é um homem que se amargura com a armadilha que os portugueses lhe prepararam.

Döblin, através da reconstrução desta figura que vai buscar à História do Brasil, consegue realmente tecer uma imagem vívida, pulsante, da ação missionária jesuítica no país, consegue criar um herói plural ou coletivo ou uma coletividade heróica.

Voltemos, porém, à problemática exposta no começo, em que a explicação da funcionalidade e do objetivo literários na construção da personagem não esgota o assunto.

O que nos preocupa está numa outra esfera, na esfera das relações da literatura, com a história e com as nossas verdades. As três instâncias são construções discursivas que se interpenetram. Essa interpenetração fica excepcionalmente visível, quando aplicamos à análise do texto literário/histórico uma lente imagológica e procuramos, como neste caso, recortar a imagem do Brasil aí veiculada, aquela que fica retida no imaginário do leitor estrangeiro. Perguntamos: como lidar com esta desfocalização? Como lidar com essa imagem - uma heteroimagem - que não bate com a imagem oferecida pela História do país e também não serve à proposta de uma nova leitura da macrohistória. O caso aqui apresentado é um exemplo inocente, entre outros que podem ter implicações mais complexas. Concordamos em dizer que tais casos estimulam diálogos interculturais, mas na prática isso nem sempre acontece, criando-se e alimentando-se estereótipos que acabam por se transformar em verdadeiras barreiras ao entendimento intercultural, pois a literatura também é uma formadora de opinião, e de longa duração. Diante do exposto, só conseguimos defender a enorme importância e a urgente necessidade, talvez maior do que nunca, do ensino e da discussão competente da literatura em todos os níveis escolares, tomando-se em consideração o contexto mais amplo da globalização, formado não só pelos leitores iniciados nos trabalhos literários, mas também pelos não iniciados, bem como pelos leitores estrangeiros, continuando a questão em aberto para discussões e análises.